

**TEACHER TRAINING FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION
IN A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SÃO PEDRO**

**Vânia Maria da Silva Franco¹
Mifra Angélica Chaves da Costa²**

RESUMO

Pensando na formação docente como valioso recurso para se pensar e praticar a educação inclusiva com os alunos com deficiência, embora saibamos que a inclusão se faz por toda a comunidade escolar, este trabalho tem como objetivo analisar como ocorrem as formações para os professores na perspectiva inclusiva no município de São Pedro, Rio Grande do Norte, Brasil. A pesquisa está respaldada em: Casarin, (1999), o qual aborda sobre as crianças com alguma deficiência - Freire, (2020) faz uma reflexão sobre a formação docente e os saberes necessários - González, (2002) valoriza a formação inicial e continuada dos professores - Mrech, (1998) destaca que no ambiente escolar a colaboração e cooperação são importantes nas relações sociais - Pessotti, (1984) dar relevância às práticas educativas coerentes com a realidade dos alunos. A metodologia é de abordagem qualitativa e pesquisa de campo. Os instrumentos da pesquisa são: análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e questionário com perguntas abertas. Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras de uma escola pública de São Pedro. Este estudo nos faz refletir sobre o papel das nossas escolas nos dias atuais, pois sabemos que a escola precisa cada vez mais se conscientizar do seu papel: formar o aluno para atuar na sociedade. Em decorrência, foi percebido que os docentes que têm alunos com deficiência, já realizam práticas educativas diante das possibilidades, mas relataram que necessitam de mais formação continuada para possibilitar a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, Educação Inclusiva, Professores.

ABSTRACT

We consider teacher training as a valuable resource for considering and practicing inclusive education for students with disabilities. Although we know that inclusion occurs throughout the school community, this study aims to analyze how teacher training occurs from an inclusive perspective in the municipality of São Pedro, Rio Grande do Norte, Brazil. The research is supported by: Casarin (1999), which addresses children with disabilities; Freire (2020) reflects on teacher training and the highlights that in the school environment, collaboration and cooperation are important in social relationships - Pessotti (1984) to give relevance to educational practices consistent with students' realities. The methodology is qualitative and field research. The research instruments are: documentary analysis of the Pedagogical Political Project (PPP) and a questionnaire with open-ended questions. The research subjects were two teachers from a public school in São Pedro. This study encourages reflection on the role ofThe research subjects were two teachers from a public school in São Pedro. This study prompts reflection on the role of our schools today, as we know that schools need to become increasingly aware of their role: to educate students to function in society. As a result, it was noted that teachers have students with disabilities and already implement educational practices based on their opportunities, but reported that they require more ongoing training to facilitate inclusion.

¹ Discente da Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Núcleo de Educação à Distância (NEAD) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: vaniamsilva355@gmail.com

² Orientadora. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: mifra@ufersa.edu.br

KEYWORDS: Training, Inclusive Education, Teachers.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce da experiência docente em uma escola pública com alunos com deficiência. O problema de pesquisa ficou assim estruturado: como ocorrem as formações para os educadores em uma escola pública em São Pedro no tocante à educação inclusiva? O objetivo geral é analisar como acontecem as formações para os professores e professoras na perspectiva inclusiva em uma escola pública do município de São Pedro-RN. É fundamental que os docentes estejam buscando conhecimentos a respeito da inclusão para poder conhecer melhor os seus alunos com necessidades específicas e assim promover em sua sala de aula um ambiente acolhedor e que o aprendizado seja para todas as pessoas. Os objetivos específicos delimitados para esta pesquisa foram: investigar se a formação de professores visa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino inclusivo; conhecer as políticas públicas brasileiras de educação e inclusão; compreender as ações que já vem sendo realizadas nas escolas pelos professores numa proposta inclusiva.

Assim, buscamos por meio do contato da pesquisa qualitativa e de campo, em que inicialmente foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada e, em seguida, estabelecido o primeiro contato com as professoras da escola onde se realizou a pesquisa, para uma conversa reflexiva sobre o trabalho que se pretendia desenvolver. Depois foi aplicado um questionário com nove perguntas com as professoras do 1º A e 4º U para uma análise dos dados coletados. Faz-se necessário atentar para aspectos que favoreceram, sobremaneira, muitas das ações e atitudes dos educadores que conduzem à efetivação dos princípios da inclusão: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação.

A pesquisa está respaldada em: Casarin, (1999), o qual aborda sobre as crianças com alguma deficiência - Freire, (2020) faz uma reflexão sobre a formação docentes e os saberes necessários - González, (2002) valoriza a formação inicial e continuada dos professores - Mrech, (1998) destaca que no ambiente escolar a colaboração e cooperação são importantes nas relações sociais - Pessotti, (1984) dar relevância às práticas educativas coerentes com a realidade dos alunos.

Por fim, acredita-se que a escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo e assim desenvolver atividades no contexto amplo de maneira que quaisquer alunos possa atuar dentro das suas possibilidades na

sociedade onde vive, sendo o papel da formação dos professores um valor indispensável para o processo de ensino e aprendizagem.

2. NÃO É FAVOR: O DIREITO À INCLUSÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A Declaração de Salamanca, um marco internacional para a educação inclusiva, foi adotada em 1994 na cidade espanhola de Salamanca. Ela defende que todas as crianças, independentemente de suas necessidades educacionais específicas, devem ser acolhidas nas escolas regulares, recebendo o apoio necessário para um aprendizado eficaz e cada criança tem direito à educação, independentemente de suas diferenças. As escolas devem se adaptar aos alunos, e não o contrário, oferecendo as adaptações necessárias para cada criança.

O ensino deve ser diversificado e realizado em um espaço comum para todas as crianças. As crianças com necessidades educativas específicas devem receber apoio extra para garantir um aprendizado eficaz. A Declaração de Salamanca influenciou significativamente a educação ao redor do mundo, promovendo a inclusão de alunos com necessidades específicas nas escolas regulares. Ela incentivou a criação de políticas e práticas que visam garantir a educação para todos, respeitando a diversidade individual. A Declaração de Salamanca não é uma lei, mas sim um documento de princípios que orienta as políticas e práticas educacionais. A inclusão escolar não é apenas um conceito, mas um processo contínuo de adaptação e ajuste das escolas para atender a todas as necessidades dos alunos.

A Declaração de Salamanca, assinada em 1994, é um documento que estabelece princípios e práticas para a educação inclusiva, especialmente para crianças com necessidades educacionais específicas. Ela defende que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades, e que as escolas regulares devem ser adaptadas para atender a todas as necessidades. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1994), a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais que ampliaram o conceito de necessidades educacionais específicas.

As leis no Brasil evoluíram, começando com a Constituição de 1988 que define os direitos fundamentais e a igualdade entre as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que estabeleceu princípios

básicos. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco, garantindo igualdade de direitos e acesso a todos os aspectos da vida, incluindo educação, trabalho e acessibilidade. Outras leis relevantes incluem a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a Lei nº 13.185/2015, que combate o *bullying*.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996: Estabelece as bases para o sistema educacional brasileiro, incluindo a inclusão de pessoas com deficiência na educação básica. A Lei nº 10.098/2000: define normas e critérios para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços públicos e privados. O Decreto nº 3.956/2001: promulga a Convenção Interamericana da Guatemala para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

A Lei nº 10.436/02: reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Legislação Atual (e mais recentes): a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/15: garante os direitos e a inclusão social de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo educação, trabalho, saúde e acessibilidade. A Lei nº 13.185/15 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) e inclui a deficiência como motivo para atos de violência. A Lei nº 14.176/21 altera a Lei nº 8.742/93, estabelecendo critérios para acesso ao benefício de prestação continuada para pessoas com deficiência. A Lei nº 14.992/24 estabelece normas para a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho.

A LBI, como a Lei nº 13.146/15, é complementada por regulamentos e decretos que detalham as medidas de inclusão em áreas específicas, como acessibilidade em edifícios e transporte; garante o direito à educação em escolas regulares, com adaptações necessárias, sem ônus financeiros adicionais para os alunos; proíbe a discriminação no mercado de trabalho e estabelece medidas para garantir o acesso ao emprego e a inclusão profissional de pessoas com deficiência. Na saúde a LBI garante o direito à saúde e o acesso aos serviços de saúde, com adaptações e ajustes para atender às necessidades específicas de cada pessoa.

Stainback, S. e Stainback, W. (1999) afirmam que a convivência em ambientes comuns e as interações sociais que se estabelecem servem para aumentar uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, bem como para proporcionar aos alunos com necessidades educacionais específicas proteção, apoio e bem-estar em grupo.

O princípio que orienta a educação inclusiva é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças com deficiência e altas habilidades/superdotadas, crianças em situação de rua, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos de avantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. Para Silva, (2010, p. 03), todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre do termo, uma educação que que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PAUTA

A educação inclusiva é um paradigma pedagógico que visa garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas características, necessidades e diferenças. É um processo que busca transformar a escola para que ela seja acessível e acolha a todos, promovendo a participação e a aprendizagem de cada estudante. A educação inclusiva é mais do que apenas a presença de alunos com deficiência em sala de aula; é um sistema de ensino que se adapta às necessidades de cada indivíduo, oferecendo recursos e apoio para que todos possam aprender.

A educação especial não deve ser vista como uma alternativa à educação inclusiva, mas sim como um apoio para os alunos com necessidades educacionais específicas, que podem ser atendidos na escola regular. A educação especial deve oferecer recursos e apoio para que esses alunos possam alcançar o seu máximo potencial de aprendizado, sem serem excluídos do processo de ensino-aprendizagem. O AEE é um serviço fundamental na educação inclusiva, que visa garantir o direito à aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, TEA e Altas Habilidades/superdotação.

É fundamental que os professores recebam formação adequada para lidar com a diversidade e as necessidades específicas de cada aluno. É preciso garantir que as escolas tenham infraestrutura adequada para receber todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, é importante que as escolas tenham acesso ao apoio técnico especializado, como terapeutas, psicólogos e assistentes sociais, para garantir o sucesso de todos os alunos. A educação inclusiva exige que os professores e a escola se adaptem às necessidades de todos os alunos, o que pode levar a um ensino mais individualizado e eficaz, deve valorizar a diversidade e o respeito às diferenças, criando um ambiente escolar mais democrático e

acolhedor, preparando os alunos para a vida social e profissional, ensinando-os a conviver com a diversidade e a lidar com desafios.

Um aspecto relevante a considerar é que a linguagem e a cognição no desenvolvimento da criança estão inter-relacionados, pois,

A linguagem, além de uma forma de comunicação, é uma função instrumental de máxima importância para a construção do conhecimento e, portanto, qualquer limitação ou alteração das habilidades linguísticas pode acarretar problemas no desenvolvimento da inteligência (BRASIL, 2004, p. 222).

Nesse contexto, o papel do professor tem influência marcante no desenvolvimento e formação dos alunos, sendo necessário que ele possa trabalhar de forma diversificada para atender todo o grupo levando em consideração não apenas as limitações deles, mas suas capacidades.

A educação inclusiva é um paradigma que busca garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas características individuais, incluindo deficiências, necessidades educacionais específicas ou outros fatores que possam dificultar o acesso à escola. É um processo que visa transformar a escola em um espaço onde todos os alunos possam aprender e participar, respeitando as diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades. O objetivo principal da educação inclusiva é garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, como deficiência, necessidades específicas, origem étnica ou socioeconômica, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que os acolha e respeite. A educação inclusiva visa criar oportunidades iguais para todos, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de cada aluno, de acordo, com suas necessidades e potencialidades.

3.1. PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação inclusiva voltada para as pessoas com deficiência, gradualmente, tem se modificado ao longo do desenvolvimento das sociedades e das instituições de ensino. No período da Antiguidade, poucos são os registros acerca da pessoa com deficiência (CASARIN, 1997). Algumas referências existem com relação à civilização greco-romana, na qual as crianças que nasceram ou adquiriram alguma deficiência eram rejeitadas. Era comum a prática da marginalização ou o extermínio pela exposição, que se constituía no abandono das crianças em ambientes agrestes e perigosos, cuja morte dava-se por inanição ou por ataque de animais ferozes (BIANCHETTI, 1998).

Para Pessotti (1984, p. 3), tais procedimentos legitimavam o hábito da eliminação, que consistia numa “[...] prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sociocultural de Esparta e da Magna Grécia”. Essa fase é marcada por uma total descrença nas possibilidades das pessoas com deficiência, as mesmas não eram sequer percebidas como dignas de viver. Passado essa fase de total descrença frente às pessoas com deficiência, na Antiguidade, Aranha (2000) aponta três tipos de paradigmas que podem caracterizar a relação da sociedade com essa parcela da população: o paradigma da Institucionalização, o de Serviços e o de Suportes.

O paradigma da institucionalização constituiu-se nas primeiras práticas sociais de atenção às pessoas com deficiência. Segundo Aranha (2000), essa fase se fundamentava na crença de que essas pessoas seriam mais bem cuidadas e protegidas se fossem confinadas em ambientes segregados, tais como, conventos, asilos, hospitais psiquiátricos e escolas especiais construídos totalmente à parte da sociedade.

Segundo Bueno (1993), Januzzi (1985) e Pessotti (1984), as primeiras informações sobre a atenção educacional das pessoas com deficiência, no Brasil, remontam à época do Império. Seguindo o ideário e o modelo de institucionalização ainda vigente na Europa foram criadas as primeiras instituições para a educação de pessoas: cegas, que foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), que atualmente se denomina de Instituto Benjamin Constant; e surdas, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

O paradigma da institucionalização permaneceu como modelo de atenção às pessoas com deficiência até meados da década de 50, do século XX. Nessa década, o número de escolas que atendiam às pessoas com deficiência física, no Brasil, já totalizavam 21, sendo 16 delas no Estado do Rio de Janeiro.

Para Manzini (1999), apesar de ter sido em São Paulo o início do atendimento educacional às pessoas com deficiência física, é no Estado do Rio de Janeiro que as escolas se proliferaram, talvez pelo fato de que o Distrito Federal estava sediado vizinho ao Estado do Rio de Janeiro, concentrando o poder político e econômico daquela época, e podendo, então, dispor de maior facilidade de recursos para serem aplicados em educação.

Com base nessa filosofia, podemos afirmar que muitos alunos com deficiência física sequer tiveram a possibilidade de ter garantido a sua acessibilidade à escola, bem como a um ensino de qualidade, que atendesse às suas necessidades educacionais especiais, no contexto escolar. Cabia a ele vencer as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de aprendizagem, caso contrário seria tido como fracassado e, portanto, excluído do sistema. A partir da década de 80 e, principalmente da década de 90, em função de toda essa insatisfação em relação às

modalidades de atendimento até então ofertadas na Educação Especial, como também pelo fato de não oferecerem respostas adequadas às suas necessidades educacionais e sociais, avance no entendimento acerca dessa questão.

Nesse contexto, surge a filosofia da inclusão social que, diferentemente da defendida pela integração, baseia-se no modelo social de deficiência. Neste modelo, a sociedade é que tem que se modificar para se tornar capaz de acolher a todas as pessoas, que, uma vez incluídas nessa sociedade em transformação, poderão ser atendidas em suas necessidades, sejam estas as barreiras físicas, pragmáticas e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 1997).

Mader (1997, p. 47), por sua vez, ressalta que a inclusão social é:

[...] o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos [...] uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal.

Considerando que, nesse contexto da inclusão escolar a maioria dos professores estará, pela primeira vez, diante de um aluno com necessidades educacionais específicas decorrentes de uma deficiência, que não possuem uma formação adequada para lidar com esse aluno e que as necessidades educacionais desse aluno com deficiência só serão atendidas se conhecidas em suas singularidades, achamos fundamental ressaltar a educação inclusiva como um processo que de formação constante do professor, considerando que podem ajudá-los a ressignificar o seu saber e seu fazer pedagógico junto a esses alunos.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente das suas necessidades educativas, tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. A educação inclusiva exige uma abordagem pedagógica que reconheça e responda à diversidade de necessidades dos alunos, promovendo a participação e o sucesso de todos. Os cursos de formação inicial de professores devem incluir conteúdos sobre educação inclusiva, abordando a diversidade de necessidades, a importância da inclusão e as estratégias para atender a todos os alunos. A formação continuada é essencial para aprimorar as práticas pedagógicas e o conhecimento dos professores, eles precisam desenvolver conhecimentos e habilidades em áreas como avaliação, adaptações curriculares, metodologias diversificadas e comunicação eficaz com alunos e famílias.

A formação deve promover a mudança de atitudes e a adoção de uma postura ética e inclusiva, valorizando a diversidade e os direitos de todos os alunos, uma vez que contribui para que os professores desenvolvam práticas pedagógicas mais eficazes e adaptadas às necessidades dos alunos. Em suma, a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva é essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os alunos possam desenvolver o seu potencial e realizar os seus sonhos. A formação continuada tem demonstrado um impacto significativo na melhoria da prática educativa e na inclusão de alunos com necessidades específicas. Diversos estudos e evidências apontam como a capacitação contínua pode aprimorar as práticas pedagógicas e favorecer a inclusão escolar.

Portanto, a formação de professores para a educação inclusiva deve ser pautada em uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, que contemple tanto os aspectos teóricos quanto às demandas práticas do ensino inclusivo. A formação de professores para inclusão é fundamental para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, possam ter acesso à educação de qualidade e se desenvolvam plenamente. Esta formação deve abranger conhecimentos sobre as diferentes necessidades dos alunos, estratégias de ensino adaptadas e a importância da diversidade na sala de aula.

Marchesi e Martin (1995) destacam que, para efetivar a inclusão, faz-se necessário uma maior competência profissional dos professores, projetos educacionais mais completos, capacidade de adaptar currículo às necessidades específicas dos alunos, assim como uma maior provisão de recursos de todo o tipo.

Pires, J. e Pires, G. (1998), por sua vez, destacam: a necessidade da qualificação de recursos humanos, tanto das equipes de apoio especializado quanto de docentes, sendo esta última contemplada em nível de graduação e em nível de pós-graduação, visando novos modelos de atendimento frente à diversidade; a criação e a experimentação de situações no processo ensino-aprendizagem que favoreçam diferentes esferas do desenvolvimento dos alunos – afetivo, cognitivo, social e perceptivo-motor; estruturação curricular com métodos, técnicas e recursos educativos; treinamento da escola para lidar com a estruturação e organização curricular; a instrumentalização das escolas para o uso de novos recursos educativos.

Mrech (1998), por sua vez, situa que a escola inclusiva requer: sistema de colaboração e cooperação nas relações sociais, formando uma rede de autoajuda na escola; mudança de papéis e responsabilidades dos professores e da equipe técnica da escola, tornando o professor mais próximo e conhecedor das dificuldades dos alunos.

Em síntese, podemos dizer que a inclusão escolar não significa inserir apenas fisicamente o aluno com deficiência na escola regular, é preciso entender que a inclusão escolar é um

processo em construção e que só poderá se concretizar se for feita com cautela, responsabilidade, planejamento e com participação da sociedade, principalmente, de forma articulada com os órgãos responsáveis pela educação nesse país. Apesar de considerar que todos esses aspectos são relevantes e que devem ser tratados em conjunto, ao se pensar a escola numa perspectiva inclusiva, daremos ênfase à discussão em torno da formação continuada de professores, haja vista ser este o nosso objeto de estudo.

Nossa concepção em torno da formação dos professores tem como princípios: que esta deve ser entendida como um contínuo, de modo que os diferentes níveis de formação devem ser vistos como complementares e interdependentes e, não, como fases estanques e fragmentadas; que a articulação entre a formação inicial e a continuada é imprescindível para o desenvolvimento profissional do educador (GONZÁLEZ, 2002, p. 280).

Diante desse posicionamento, situaremos algumas considerações acerca da formação inicial, tentando pontuar aspectos de ordem geral e da política educacional inclusiva instituída no contexto brasileiro, no que se refere à formação dos professores. Historicamente, a educação do aluno com deficiência sempre esteve atrelada ao contexto da escola especial e à atuação do professor especialista, enquanto que a educação do aluno sem deficiência à escola regular e, portanto, ao professor do ensino comum. Essa tendência dualista reforçava, além da segregação, os preconceitos frente ao alunado com deficiência, contribuindo para o descaso e a irresponsabilidade do sistema de ensino e das instituições de ensino superior no que diz respeito ausência e/ou insuficiência de informações acerca desse alunado nos cursos de formação de professores (BRASIL, 2001, p. 39-40).

Nesse sentido, é consenso que um dos desafios principais para implementação das políticas educacionais inclusivas, com vistas a garantir um ensino de qualidade e a aprendizagem de todos os alunos, independente de suas diferenças, é a existência de uma política de formação de professores. Isto é pertinente, pois, se por um lado o despreparo dos professores para atuarem com alunos com deficiência no ensino regular é uma realidade, em nosso sistema de ensino sobre a formação de recursos humanos para a educação especial é ainda mais constante. A necessidade de ampliação da compreensão da realidade educacional brasileira por parte dos profissionais da educação especial, uma vez que grande parte das dificuldades encontradas na formação e na prática reflete problemas que atingem a educação como um todo.

Contemplar as discussões da formação do educador especial, na atual política de inclusão, é imprescindível, pois:

A figura do professor da educação especial é digna de atenção no contexto da educação inclusiva, uma vez que a principal fonte de insegurança e resistência dos professores da escola regular quanto ao atendimento dos

alunos com necessidades educacionais especiais é o medo de não saber lidar com as especificidades daqueles alunos, além de não se sentirem preparados para essa tarefa (BAUMEL; CASTRO, 2002, p. 10)

Isto implica que a formação de professores do ensino regular e da educação especial precisa ser revista e redimensionada, não de forma dicotomizada, mas no contexto da educação geral, mesmo reconhecendo que existem especificidades inerentes a cada uma dessas formações. Essas estão explicitadas na Resolução do CNE / CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, quando estabelece, em seu Art. 18 (BRASIL, 2001, p. 25-33).

Essa questão da formação de professores quer seja generalista ou especialista, é bem mais ampla, pois, “se por um lado a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira algum tipo de especialização para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características” (BUENO, 1999, P. 24).

Analisando essa colocação de Bueno (1999), parece-nos que o grande desafio acerca da formação de professores, no contexto da educação inclusiva é justamente incluir os docentes na formação da educação inclusiva para que esses possam adquirir mais conhecimentos a respeito e de maneira significativa desenvolver na sua prática pedagógica atividades que envolvam todos os alunos de forma inclusiva e assim seja realizado na prática educativa o respeito e a empatia para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com professores capacitados para trabalhar com os diferentes tipos de alunos em sala de aula.

É importante que se compreenda que a inclusão escolar se constitui, de acordo com Mittler (2003, p. 25), no “acesso e participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Logo, o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, atendendo aos princípios da inclusão, junto a alunos com deficiências envolve a aquisição de conhecimentos específicos e ações que são relevantes e considerem as implicações decorrentes de cada deficiência no desenvolvimento da aprendizagem de tais educandos.

Compreende-se, pois, que a educação inclusiva é um meio fundamental para o processo de ensino aprendizagem nas escolas, uma vez que pode proporcionar caminhos que ligarão a realidade dos alunos com deficiência no ensino e dessa forma o aprendizado ficará mais significativo para que possam atuar na sociedade de maneira reflexiva e criativa diante dos obstáculos encontrados na vida. Conforme Freire (2001):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2021, p. 51)

A inclusão, não é uma tarefa fácil ou passiva de uma simples atividade básica para todos os alunos na sala, uma vez que requer do professor e todos que fazem à escola uma sensibilidade maior sendo que é necessária uma observação da turma para saber a necessidade de cada um como também buscar na escola informações complementar que ajude na realização de atividades, é preciso garantir o ensino a todos para que atuem como cidadão na participação da sociedade. Não se reduz a uma simples inclusão, mas pressupõe uma educação inclusiva de reconstrução de sentidos que envolva o diálogo com o interlocutor.

É fundamental que o professor se aproprie de seu papel na formação de conhecimentos, uma vez que é um trabalho complementar e suplementar na sala de AEE e que atua como multifuncional na prática de trabalhos simbólicos e interações com o outro e até consigo mesmo. Como afirma Freire (2020):

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolivelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência. Sua imersão na realidade, da qual não pode sair. Nem “distanciar-se” para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser “fora” do tempo ou “sob” o tempo ou, ainda, num tempo que não é seu. O tempo para tal ser “seria” um perpétuo presente, um eterno hoje. (FREIRE, 2020, p. 19)

Podemos falar de inclusão não como mero hábito, mas como uma prática de envolvimento dos sentidos de que os processos e os efeitos dessa prática possa ajudar e transformar a realidade dos alunos com deficiência enquanto mediação e prática social. Uma vez que por meio da dinâmica constante de atividades direcionadas para o discente poderá haver uma transformação na história de vida do indivíduo nos vários sentidos.

5. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo. A pesquisa qualitativa, de acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 32), “[...] faz da pesquisa na área, como um todo, “um processo multicultural”, multireferencial e multidimensional”.

De acordo com Gil (2002),

O estudo de campo apresenta algumas vantagens em relação principalmente aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E com o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis. (GIL, 2002, p. 53)

Durante a pesquisa, tivemos a análise documental do PPP e a participação de duas professoras que contribuíram bastante para o desenvolvimento desta com suas respostas. No primeiro momento, por meio de um questionário com perguntas abertas que foi aplicado aos docentes das turmas do 1º A e 4º B da escola municipal Izabel Moura de Andrade – localizada na cidade de São Pedro-RN.

Em seguida, as respostas foram analisadas para a construção de dados. As respostas dadas pelas professoras serviram para análise do conhecimento e da utilização de uma metodologia eficaz e de ter uma compreensão mais compreensível sobre o tema em discussão, como também identificar as formas de práticas pedagógicas e saber sobre a formação dos docentes, como trabalham na sala de aula com alunos educacionais específicas.

A pesquisa serviu para adquirir novos conhecimentos acerca da formação dos professores e das práticas com alunos com deficiência em sala de aula regular, uma vez que a utilização do questionário pode diante das respostas nos conduzirem para uma análise mais próxima da realidade vivenciada na escola.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS

A cidade de São Pedro originou-se de um povoado nascido em terras de Macaíba, por volta de 1930, com o nome de São Pedro do Potengi, e foi oficialmente emancipado como município em 1962. A localidade, inicialmente um núcleo rural, desenvolveu-se próximo ao rio Potengi, em meio a disputas territoriais com o povoado vizinho de Pedra Branca, que pertencia a São Gonçalo. Localizada à 55 km da capital Natal. (PPP, 2023, p. 4)

A disputa territorial foi com o desenvolvimento do povoado e impulsionado pela disputa com Pedra Branca, que pertencia a São Gonçalo, a emancipação foi em 11 de maio de 1962, São Pedro foi desmembrado de São Paulo do Potengi, tornando-se um município autônomo e o nome do município é uma homenagem a São Pedro, apóstolo e primeiro líder da Igreja Cristã, já a economia local, desde o início, baseava-se na agricultura de subsistência, com plantações de arroz, feijão, milho, entre outros, além da criação de animais. Ao longo dos anos, São Pedro expandiu-se, com a construção de escolas, feiras livres e capelas, como a dedicada a São Pedro. Em 2024, a população estimada de São Pedro era de 5.905 habitantes, com uma área territorial de 195 km² de acordo com o IBGE.

Agora com a visão mais específica iremos descrever um pouco sobre a instituição escolar pesquisada. A construção da escola Izabel Moura de Andrade começou no dia 20 de abril de 1990(...). Sendo que a educação infantil na época funcionava em um prédio privado com apenas dois funcionários na qual a estrutura física encontrava-se inadequada. (Fonte: PPP, 2023, p. 7)

Foi a partir do dia 06 de julho de 1990 que se deu o início do funcionamento da escola Izabel Moura com apenas duas turmas da pré-escola e do maternal, já no ano seguinte a escola passou a funcionar com turmas do maternal, pré-escola na faixa etária de crianças de 5 e 6 anos como também o ensino de 1^a e 4^a séries do ensino fundamental.

Esta instituição escolar nasceu fundamentada em prerrogativas dadas pela legislação que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo em vista a liberdade da iniciativa pública, que também é um dever da entidade mantenedora, ou seja, de ministrar a educação fundamental, sobretudo, com a prática da educação básica expressa na Lei 9394/96. Hoje a referida escola contempla o ensino fundamental dos anos iniciais e finais, além da EJA no ensino fundamental. Hoje a escola tem em seus três turnos de funcionamento um total de 359 alunos e destes 15 são estudantes com deficiência.

A instituição é de porte médio com suas salas todas climatizadas que traz um conforto melhor para os estudantes e funcionários, nela existe a seguinte estrutura: 10 salas de aula, 1 cozinha, 1 depósito, 3 banheiros, sendo 2 para alunos e 1 para os funcionários, 1 secretaria, 1 diretoria, 1 sala de professor que também serve de sala de leitura, 1 sala de AEE, 1 almoxarifado e 1 pátio coberto com espaço livre para recreação e apresentação.

5.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa teve a contribuição das professoras: Maria Simone do 1º ano e Francisca Marta do 4º ano, ambas com nível superior em Pedagogia, sendo que apenas uma delas tem especialização em Mídias na Educação. Simone têm 28 anos que trabalha em sala de aula e Marta 10 anos que atua como professora em sala. As duas docentes têm alunos com deficiência, sendo que Simone tem uma auxiliar e Marta não, os critérios para terem auxiliares não sabem, apenas que é de acordo com as peculiaridades de cada aluno com deficiência.

As professoras mostram-se interesse no aprendizado sobre inclusão, uma vez que, tiveram uma disciplina sobre a inclusão, mas de maneira muito geral e no estágio não tiveram esse contato ou experiência com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas. Tendo em vista que nos dias atuais com a demanda diversificada de alunos nas escolas é fundamental que os professores tenham esse interesse de formação continuada para melhorar sua prática pedagógica.

Nesse contexto, de necessidade por uma Educação Inclusiva, que deve conter a Educação Especial, “[...] Saber é um processo difícil realmente, mas é preciso que a criança perceba que, por ser difícil o próprio processo de estudar se torna bonito [...]”. (FREIRE, 2006,p. 58). Com isso o autor traz para uma reflexão de que a escola precisa ser “viva e alegre” no sentido de buscar tornar esse ambiente mais humano, rico de dinâmicas, afetividade, amorosidade e compreensão com os vários tipos de alunos que frequentam e que precisam sentir a escola como um lugar de felicidade e não de apenas transmissão de conteúdos, sem sentido para a vida deles na sociedade que vivem.

A escola deve estar preparada para trilhar os novos percursos que estão sempre a desafiar os professores, direção e todo o corpo de apoio, pois precisamos de um ambiente acolhedor e inclusivo para os nossos estudantes e para que isso aconteça é relevante uma

instituição de ensino que traga não apenas conteúdos programáticos e sim como diz o autor citado acima uma alegria em fazer parte desse ambiente.

6. ANÁLISES E DISCUSSÃO

6.1. Análise do PPP

O PPP da escola foi atualizado em março de 2023, porém foi observado nele que existem pequenos tópicos falando sobre a inclusão tendo em vista que existe na escola uma sala de AEE que atende nos turnos matutino e vespertino com profissionais capacitados. Percebeu também que o PPP precisa ser atualizado com ênfase na educação inclusiva. É de grande importância a educação inclusiva para estar no PPP como um caminho a ser percorrido por todos da escola, pois se trata de uma diversidade de discentes atualmente nos ambientes educativos que precisam do seu espaço, sua liberdade e sua aprendizagem garantidas.

Também se percebeu que no PPP não é dado à relevância necessária para a inclusão já que existem na instituição de ensino bastantes alunos com deficiência, pois não consta as Leis da Inclusão como um dever da escola nem as metodologias, avaliações voltadas para o atendimento desses alunos na sala. É importante saber que a inclusão faz parte do nosso dia a dia e que precisamos como agente de transformação está inteirado com as mudanças para fazer o novo. Para Freire (2011, p. 61):

Saber que devo respeitar à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. De nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade mas impor ao educando a vontade arrogante do mestre.

O PPP da escola em que se deu a pesquisa está precisando ser atualizado, pois nele contém poucas referências sobre a educação especial sendo que existe uma sala de AEE e profissionais qualificados para esse atendimento. Sendo um ponto de total importância para dar ênfase e porque não dizer significação a educação inclusiva na escola visto que o PPP é um documento de referência e nele deve estar as principais demandas da instituição de ensino. Deve haver uma coerência entre o documento e a prática educativa.

De acordo com o PPP da escola na qual se deu a nossa pesquisa, a sala de recursos multifuncionais:

Tem como finalidade desenvolver as atividades do Atendimento Educacional Especializado - AEE, tendo por base a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação. O decreto nº 6.571/08 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolida diretriz e

ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação matriculados na rede pública de ensino regular. O atendimento Educacional Especializado na escola municipal Izabel Moura de Andrade tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos e considerando suas necessidades específicas. (PPP, 2023, p. 23 - 24)

É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas no AEE se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Nesta sala está constituída de mobiliários, jogos pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos para o atendimento complementar e suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

6.2. Análise das professoras

Os critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa eram: ser professoras de escola pública e ensinar alunos com deficiência. Após o momento do convite para participar da pesquisa, envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), posteriormente, foi disponibilizado o questionário. As professoras pesquisadas foram: Simone que tem 27 anos de sala de aula e Marta que tem 10 anos. É importante destacar que os nomes das docentes são nomes fictícios com o intuito de preservar suas verdadeiras identidades.

Foi percebido que elas têm formação em Pedagogia e que durante a graduação tiveram uma disciplina de Inclusão. Já com relação ao período de estágio, foi relatado pelas professoras, Simone: *“na minha formação de Pedagogia não tive, porém tive cursos extra-curricular, que se fez necessário ter experiências em salas com alunos com deficiência”*, Marta: *“não tive, infelizmente não foi dado uma ênfase maior a essa disciplina tão importante para educação”*. Pois elas relatam: *“ser de grande importância esse contato para sua prática de sala de aula”*. Diante do exposto pelas professoras percebe-se que em seus estágios não tiveram contato em sala de aulas com alunos com necessidades educacionais específicas. Elas se mostraram decepcionadas por não ter tido essa experiência e também falam da importância disso, pois é de fundamental que elas no período da sua formação inicial tivessem tido essas discussões teóricas e práticas sobre educação inclusiva.

Com relação a formação continuada foi perguntado como estava acontecendo, Simone respondeu: *“no momento não temos formação para professores sobre inclusão”*. Marta: *“até*

o momento não fui contemplada de participar de uma formação sobre o referido tema”. A formação continuada na perspectiva inclusiva que deveria ser ofertada para as professoras não está acontecendo, segundo o relato delas. As Secretarias de Educação deveriam dar prioridade a essa demanda que sabemos do quanto um currículo, formação e metodologias adequadas podem trazer benefícios para o processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência.

Também foi questionado se o professor é quem busca o conhecimento sobre inclusão por si próprio, Simone: *“no meu caso sim, às vezes busco informações com a professora que fica na sala do AEE, porém como já tive várias formações estou sempre buscando melhorar a minha prática”*. Já Marta disse: *“sim, o professor busca aprimorar seu conhecimento e trabalha com o apoio dos profissionais da sala do AEE”*. É importante saber que existe uma comunicação entre os profissionais da sala de AEE com as professoras da sala de aula regular, pois essa relação de diálogo só vem a favorecer mais o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e, principalmente, àqueles que têm necessidades educacionais específicas na escola.

Foi questionado sobre a formação e o que deseja que melhore na sua prática de professor (a) com os alunos que têm deficiência. Logo Simone respondeu: *“tenho em mente buscar uma formação em neuropedagogia ou Psicopedagogia e desejo melhorar a minha prática sempre fazendo o melhor para desenvolver essas crianças com deficiência inserindo na sociedade”*. Marta disse: *“Pós-graduação em educação especial e desejo que a mesma possa me fornecer ferramentas e conhecimentos para atender a diversidade de necessidades dos alunos, especialmente aqueles com transtornos específicos de aprendizagem”*. Percebe-se que as professoras não estão tendo por parte do município essa formação inclusiva já que elas trabalham em uma escola municipal, as docentes estão buscando por si os conhecimentos necessários para desenvolver atividades com os alunos que apresentam deficiência. Segundo Libâneo (2013, p. 90):

O professor propõe objetivos e conteúdos, tendo em conta características dos alunos e da sua prática de vida. Os alunos, por sua vez, dispõem em seu organismo físico-psicológico de meios internos de assimilação ativa, meios esses que constituem o conjunto de suas capacidades cognoscitivas, tais como: percepção, motivação, compreensão, memória, atenção, atitudes, conhecimentos já disponíveis.

As duas têm alunos com deficiência, porém apenas uma dispõe de auxiliar de sala, uma delas fala a respeito: *“porque o município não tem condições financeiras para atender*

todas as demandas”. Também tem o caso da escola como a secretaria de educação municipal não está ofertando curso de formação continuada para os docentes sobre a inclusão já que é uma carência entre os professores da rede.

Portanto, há um desejo em buscar novos conhecimentos como uma especialização e outros cursos na área da inclusão para melhorar a prática de sala de aula com crianças com deficiência e poder incluí-los na sociedade e, principalmente, no ambiente escolar já que existem tantas barreiras que precisam ser quebradas para atender e fornecer ferramentas que possam ajudar nesse processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Libâneo (2013):

Nenhuma criança nasce com capacidades cognitivas prontas e acabadas. Elas vão se desenvolvendo no decorrer da vida e, particularmente, no decorrer do processo de ensino, pois podem ser aprendidas no processo de assimilação de conhecimentos. (Libâneo, 2013, p.90)

Podemos identificar o compromisso e interesse das professoras em adquirir novos conhecimentos para assim poder fazer um trabalho de qualidade com alunos que apresentam dificuldades educacionais específicas, pois consideram importante uma vez que, utilizaram métodos mais eficazes em sua prática de sala de aula levando em consideração os alunos com deficiência para que sejam incluídos de maneira significativa no processo educacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar como ocorrem as formações para os professores na perspectiva inclusiva no município de São Pedro. Diante do que foi percebido sobre a forma de contato e experiência com a educação inclusiva na escola pesquisada mediante as respostas das professoras do 1º e 4º anos do Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ficou evidente que precisam de formação continuada até para melhorar as suas práticas pedagógicas com os alunos que apresentam necessidades educacionais específicas e assim poder ajudar na construção do desenvolvimento humano e social destes.

A formação de docentes é relevante, porque abre caminhos a serem percorridos com os alunos com deficiência na sala de aula, pois antes era mais desafiador. Aprende-se a conhecer por meio de novos conhecimentos às necessidades dos estudantes e também a trabalhar com eles levando em consideração suas particularidades em um contexto significativo para que

esses estudantes possam ser verdadeiramente incluídos no ambiente escolar como sujeitos de aprendizagem.

As respostas que foram dadas pelas professoras nos ajudaram bastante a compreender melhor o que elas pensam e desejam para o seu trabalho com os estudantes com deficiência, ao qual fazem parte cada vez mais da realidade da nossa educação, uma vez que precisam com respeito e dignidade serem participantes de uma inclusão efetiva e significativa.

Os alunos com deficiência precisam ser incluídos no processo de aprendizagem que possa desenvolver suas competências e habilidades com elementos apresentados de maneira criativa e consistentes para dar maior clareza sobre o que realmente seja inclusão. Uma vez que o docente pode desenvolver vários tipos de atividades para auxiliar o aluno no momento da dificuldade. Trata-se da tarefa de estimular o aluno a compreender os processos pelo qual ele é capaz de passar para chegar ao aprendizado por meio dos elementos necessários ao seu desenvolvimento.

É fundamental que sejam estimulados desde cedo para que venham a ter um bom progresso e autonomia em meio aos desafios que possam se deparar no dia a dia na sala de aula. A tarefa do professor é complexa, pois precisa estimular sempre seus alunos para que eles adquiram o gosto pelo o estudo e progridam em todas as áreas do conhecimento e, principalmente, os que têm dificuldades específicas, já por outro lado dá a chance de escolhas nas atividades para que se tornem cada vez capazes de melhorar dentro das suas possibilidades.

Diante do que foi observado neste estudo, compreendeu-se, inicialmente, a maneira de como as professoras buscam proximidade e o conhecimento necessário para utilização de suas práticas pedagógicas na sala de aula com os alunos que têm dificuldades educacionais específicas, pois um ensino comprometido com a empatia e a igualdade de todos é de fundamental importância, tendo visto que a escola na qual se deu a pesquisa é uma instituição pública que atende cerca de 15 alunos com necessidades educacionais específicas no município de São Pedro-RN. Além disso, percebeu-se também que existe na escola uma sala de AEE com bastante material didático e adaptado aos alunos com suas necessidades e a uma professora em cada turno que é justamente nos turnos da demanda maior, ou seja, manhã e tarde.

A partir dessa premissa, destacamos a relevância dessa pesquisa, pois é fundamental que o professor esteja sempre em busca de novos conhecimentos para trabalhar com os

discentes, propiciando assim um diálogo das necessidades com os conteúdos do currículo escolar e conseqüentemente, adequando novas práticas para a melhoria do ensino.

Portanto, os limites da intervenção docente devem ser observados em cada contexto e cada atividade concretizada com sucesso pelos estudantes, pois os resultados dessa pesquisa nos ajudaram a perceber com um olhar mais positivo para a inclusão na escola pública como também serviu para o nosso crescimento individual e social, motivo pelo que consideramos valioso e gratificante.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, DF, 2001. Seção 1, p.25-33.

_____. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais/orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC / SEESP, 2004, p. 222.

BAUMEL, Roseli C. Rocha. CASTRO, Adriano Monteiro de. Formação de Professores e a escola inclusiva: questões atuais. Integração, Brasília, n. 24, 2002, p.10.

BUENO, J. G. Educação especial brasileira: Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e formação de professores. São Paulo: EDUC, 1999, p.24.

BRASIL, **Material pedagógico**: manual de utilização. Rio de Janeiro: MEC/CENESP/APAE, 1980. v.2.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 / 96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. de 1996.

_____. Lei nº 10.098/2000. Dispõe sobre acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços públicos e privados. Brasília. 2000.

_____. Lei nº 10.436/2002. Reconhece a (LIBRAS) como a língua Brasileira de Sinais. Brasília. 2002.

_____. Lei nº 14.992/2024. Dispõe sobre a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. 2024.

_____. Lei nº 13.146/2015. Dispõe a garantir a inclusão e o direito à educação em escolas regulares como também ao trabalho de pessoas especiais. Brasília. 2015.

CHALMERS, A. F. O que é ciência afinal? Ed. Brasiliense, 1993. p.23.

DEZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.32.

FREIRE, Paulo. Prefácio à edição brasileira. In: SNYDERS, Georges. Alunos felizes. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 10.

_____, Pedagogia da Autonomia. São Paulo. Paz e Terra, 2020, p. 19.

_____, Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa / São Paulo, Paz e Terra, 2011, p. 51- 61.

_____. ***À sombra desta mangueira*** 8 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 58.

GONZÁLEZ, Torres, Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 280.

LIBÂNEO, José Carlos/ Didática- 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 90.

MADER, Gabriela. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997, p. 47.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Atendimento educacional do aluno com paralisia cerebral: uma experiência de formação continuada / João Pessoa; Editora Universitária da UFPB, 2008, p.136.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003, p.25

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011, p.35.

PESSOTTI, Isaías. Deficiência Mental: da Superstição à Ciência. São Paulo: TA Queiroz, 1984, p. 3.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Orientações para atuação pedagógica junto a alunos com deficiência: intelectual, auditiva, visual, física** / Natal - RN: WP Editora, 2010.

ANEXO

Perguntas do questionário:

- 1- Qual a sua formação?
- 2- Na sua formação da graduação teve alguma disciplina voltada para a inclusão?
- 3- Você teve estágio sobre inclusão e como foi essa experiência?
- 4- Como está sendo a sua formação continuada sobre educação inclusiva?
- 5- Quanto tempo de atuação na educação?
- 6- Tem auxiliar de sala?
- 7- A escola ou a secretaria proporciona formação na educação inclusiva?
- 8- O professor é quem busca esse conhecimento de inclusão por si próprio?
- 9- Qual a formação e o que deseja que melhore na sua prática de professor com os alunos que têm deficiência?